

LÚCIA ALVES DA SILVA

A PROBLEMÁTICA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O MAGISTÉRIO DE
1ª A 4ª SÉRIE DO ENSINO DE 1º GRAU, NA ESCOLA PÚBLICA

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Administração e
Planejamento da Escola Pública no
Brasil, Setor de Educação da Univer-
sidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1991

Orientadora:

Prof.^a Maria Odette de Pauli Bettega

Para

*Walter, Kátia Viviane e Jaqueline,
meus filhos, que colaboraram comi-
go durante o desenvolvimento deste
trabalho.*

iii

AGRADECIMENTOS

A todos os que foram meus professores, especialmente a Maria Odette de Pauli Bettega, orientadora desta monografia.

As colegas da Secretaria Municipal de Educação (S.M.E.) e da Secretaria de Estado da Educação (SEED) que, de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

S U M Á R I O

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
1 JUSTIFICATIVA	1
2 OBJETIVOS	3
3 METODOLOGIA	3
<u>CAPÍTULO I - PROCESSO HISTÓRICO NA CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA</u> DE HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO NO ENSINO DE 2º GRAU, NO PARANÁ E NO BRASIL	4
1 PERÍODO COLONIAL	4
2 PERÍODO IMPERIAL	6
3 1. ^a REPÚBLICA - 1889 a 1930	8
4 2. ^a REPÚBLICA - 1930 a 1945	12
5 3. ^a REPÚBLICA - 1945 a 1964	16
6 4. ^a REPÚBLICA - 1964-1985	18
7 A NOVA REPÚBLICA - 1985	25
<u>CAPÍTULO II - FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR DE 1.^a A</u> 4. ^a SÉRIE DO ENSINO DE 1º GRAU	29
<u>CONCLUSÃO</u>	41
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	46
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	47
<u>ANEXOS</u>	50

LISTA DE ABREVIATURAS

- . AID - Agency for Internacional Development
- . CFE - Conselho Federal de Educação
- . GT - Grupo de Trabalho
- . LDB - Lei de Diretrizes e Bases
- . MEC - Ministério da Educação e Cultura
- . PCB - Partido Comunista Brasileiro
- . PSD - Partido Socialista Democrático
- . PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- . SEED - Secretaria de Estado da Educação
- . SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem
- . UDN - União Democrática Nacional
- . US - United States

INTRODUÇÃO

1 JUSTIFICATIVA

Nos últimos dez anos, pelo menos, tem havido um crescente interesse tanto por parte de pesquisadores da área de Educação, como por parte dos órgãos oficiais do Estado, em estudar a situação atual da Educação brasileira e, principalmente a formação dos professores em nível de 2º grau. Podemos afirmar que os estudos e debates revelam que questões fundamentais, tais como: conteúdos e métodos de ensino, avaliação, formação do educador, vêm sendo aprofundado notadamente na rede pública.

Sabe-se que, ainda há cerca de 30% de crianças e jovens na faixa etária dos 7 aos 14 anos fora da escola. O quadro no Paraná, segundo dados da Fundação Pedroso Horta, dá conta que 60% das crianças são excluídas da escola antes de completarem a 4.ª série do 1º grau e 15, de cada 100 crianças, alcançam a 8.ª série do 1º grau. Apenas 17,4% da população paranaense, possui 8 anos de escolaridade, sendo que a média de anos de estudo para a população como um todo é de 3,9 anos. O índice de repetência da 1.ª a 8.ª série do 1º grau, gira em torno de 30%.

Esses dados demonstram que o fracasso escolar é um problema sério, bem como demonstra que as políticas educacionais encetadas pelo Estado, não vêm resolvendo a contendo tal situação. É que entre os fatores determinantes do processo escolar

aparece a inadequada formação dos professores para as séries iniciais.

A questão central que colocamos é: o que faz a escola com suas crianças? Quem é o agente deste processo?

Sabemos que, o funcionamento de uma escola, sua capacitação para a transmissão do saber escolar precisa contar, necessariamente, com um profissional qualificado, que possua clareza sobre conteúdos que vincula, através de sua prática pedagógica, e que contribua para que o aluno conquiste a sua cidadania e, conseqüentemente, tome consciência dos direitos de participação plena na vida econômica, política e cultural da sociedade.

Há mais de 20 anos atuo na escola pública do Estado do Paraná, como professora, como orientadora educacional e, atualmente exerco a função de diretora em escola da Rede Municipal de Ensino. Durante todos esses anos venho observando a atuação dos professores recém-formados nas Escolas de Magistério, e, suas dificuldades encontradas no dia-a-dia.

Portanto este trabalho tem como objeto de análise a **FORMAÇÃO DO PROFESSOR**. O professor formado na atual Escola de Magistério, em nível de 2º grau. Portanto, iniciaremos o estudo pela retrospectiva histórica da Constituição da Escola de Habilitação Magistério no ensino de 2º grau, no Estado do Paraná e no Brasil, em seguida desenvolveremos a análise da mudança provocada pela Lei 5692/71 e, finalmente, o estudo da situação conceitual apresentada pela atual Habilitação Magistério no ensino de 2º grau.

Com este trabalho oportunizou-se o conhecimento de "o quê" está se aprendendo nos cursos de habilitação Magistério, nível de 2º grau, e "para quem" servem estes conhecimentos adquiridos neste nível de ensino.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral visado é portanto, o de estudar a formação do professor para as séries iniciais (no Paraná e no Brasil.)

Especificamente o que se pretende é:

- Reconstituir o processo histórico de Constituição da formação Magistério para as séries iniciais.
- Estudar a situação concreta apresentada pela atual Habilitação Magistério no ensino de 2º grau, a partir das manifestações de seus agentes na sua prática cotidiana, levando em conta suas possibilidades e limitações, frente à realidade social existente.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho, procurou-se globalizar questões relativas à Educação brasileira de um modo geral, através de uma revisão de literatura, tratando de modo especial o Curso de Magistério em nível de 2º Grau, tanto no Estado do Paraná como no Brasil.

Através das bibliografias consultadas, buscou-se relacionar a qualificação docente com a problemática da aprendizagem nas séries iniciais do 1º grau.

CAPÍTULO I

PROCESSO HISTÓRICO NA CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA DE HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO NO ENSINO DE 2º GRAU, NO PARANÁ E NO BRASIL

1 PERÍODO COLONIAL

A educação brasileira teve início com a vinda dos Jesuítas no período colonial em 1549, por interesse da Metrôpole. Nos dois primeiros séculos os Jesuítas desenvolveram uma Educação que, de início estava voltada para a catequese da população indígena. Criaram escolas elementares para os "curumins", esta educação, acabou por se estender aos filhos dos colonos, depois somando a esta obra de catequese, os padres Jesuítas elaboraram uma educação escolar destinada aos filhos dos donos da terra e comerciantes. A escola possuía duas funções: a de reproduzir as relações de dominação e reforçar os ideais da classe dominante. A economia neste período estava voltada para o modelo agrário exportador e a estrutura social composta por escravos, grandes fazendeiros, portugueses que vieram para administrar e o clero formado pelos jesuítas.

A Educação se voltava para uma formação universal, onde se privilegiava o trabalho intelectual em detrimento do manual, com isso afastavam os alunos dos assuntos e problemas relativos à realidade imediata, distinguia-os da maioria da população e

alimentava-se a idéia de que o mundo civilizado estava "lá fora" e servia de modelo.

Assim, os filhos das famílias mais abastadas após concluírem os estudos aqui, seguiam para a Metrôpole a fim de fazerem complementação. Até 1759, o único sistema de organização escolar no Brasil estava nas mãos dos padres da Companhia de Jesus.

Os conteúdos do ensino ministrados pelos jesuítas abrangiam três cursos:

- Humanidades (Retórica Latina e Grega, Gramática);
- Filosofia (Lógica, Cosmologia, Matemática, Metafísica, Ética, Ciências, etc);
- Teologia (estudos baseados na Escolástica de Sto. Tomás de Aquino e nas sagradas escrituras, interpretadas à luz da Igreja).

O conflito entre o Governo Português que através do Marquês de Pombal via na Companhia de Jesus o grande obstáculo à modernização do ensino, e os jesuítas culminou com o decreto de 1759 que expulsava a Companhia de Jesus de todos os domínios do Reino.

Após a expulsão dos jesuítas, o sistema educacional atravessou inúmeras dificuldades. Fecharam-se as escolas e as oportunidades educacionais tornaram-se escassas. Suprimiu-se um ensino pouco eficiente que foi substituído por outro, melhor organizado.

O maior benefício que o Brasil recebeu com a reforma pombalina, foi quando um grande número de pessoas que fazia parte da elite brasileira, formado pela Universidade de Coimbra, inteiramente renovada em moldes científicos e influenciados pela

Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, voltou ao Brasil com disposição de trabalhar pela libertação nacional.

2 PERÍODO IMPERIAL

Neste período, a vida intelectual seguia como antes, o modelo europeu, mais precisamente o modelo francês. O ensino permaneceu fragmentado, sem unidade, atendendo aos interesses imediatos do governo.

O quadro educacional, recebeu promessa de alteração após a Independência. Em 1822, o Brasil ensaiou a sua primeira Constituinte, que foi instalada em 3 de maio de 1824.

Em 1824 a Constituição outorgada determina que a instrução primária seja gratuita a todos os cidadãos, mas não havia nem sinal de uma política nacional de Educação.

O Ato Adicional de 1834, atribuía às Províncias o direito de legislar sobre a instrução pública. Ficando sob a responsabilidade do poder central o ensino superior do país e o ensino público e secundário pertencentes ao município, onde ficava a Corte.

Entre 1822 a 1834, houve uma evolução lenta em matéria de Educação. O primeiro curso para a formação de professores primários no Brasil, foi criado no Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, no ano de 1835.

Após a criação do Colégio D. Pedro II, em 1837, é que se passou a usar o termo secundário (Ensino ministrado nos Liceus, Ginásios, Institutos, Ateneus).

No Paraná, a primeira Escola Normal foi criada em 16 de julho de 1876, pelo então presidente Lamenza Lins. O curso fun-

cionava no atual Instituto de Educação do Paraná, tinha duração de dois anos. No primeiro ano se ensinava: Gramática da Língua Portuguesa, Pedagogia e Metodologia, Instrução Moral e religiosa. No segundo ano: Aritmética, Geometria, Geografia, História do Brasil e Direito Público. Foi anexado ao Instituto uma escola primária, onde os alunos do curso normal tinham sua prática de ensino. Mas a Escola Normal não produziu o resultado esperado.

Com a criação da Escola Normal do Paraná, articulava-se um novo regulamento para a instrução pública, visando a melhoria da qualidade do professor, porque a Província gastava a quarta parte do seu orçamento com o ensino, e este costumava ser de baixa qualidade.

As causas principais detectadas pelo então presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches eram:

- A falta de instrução profissional do professor;
- O desconhecimento das vantagens da instrução por parte dos pais;
- O pouco estímulo dado aos professores, pelos baixos salários (ABRANCHES, 1875).

No Brasil, o Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, visa modificações no ensino primário e secundário e regulamenta o ensino superior em todo o Império. Este Decreto conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, foi o mais revolucionário do Império. Tornou livre a freqüência aos estabelecimentos de ensino, podendo assim, qualquer pessoa freqüentar as aulas, facilitou os exames das matérias, restabeleceu as aulas avulsas, a liberdade da crença, e dispensou os estudantes não católicos do exame de religião.

A Reforma Leôncio de Carvalho submeteu-se à avaliação de Rui Barbosa eleito para a comissão de Instrução Pública, na

Câmara dos Deputados, em 1880, este estabeleceu os limites da liberdade de ensino.

3 1.ª REPÚBLICA - 1889 a 1930

Os últimos anos do Império foram marcados por uma série de fatores de ordem econômica, social e política, que configuraram na crise da Monarquia, preparando o advento da República. Esse período de crise, assinalado pelo desenvolvimento de diversas questões: abolicionista, republicana, religiosa e militar, foi a época em que importantes personagens da nova elite intelectual abraçaram os ideais do liberalismo burguês.

No campo educacional, o liberalismo teve como principal característica atribuir à Educação a tarefa heróica de promover a reconstrução da sociedade (a crença desmedida no poder da Educação para corrigir os graves problemas do país).

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, alguma esperança de mudança se ascendeu no quadro educacional, mas logo foi frustrada pela forma como as autoridades governamentais e as classes dominantes continuaram tratando a Educação popular.

Criou-se também o Pedagogium, um estabelecimento modelo, para atualização do Magistério, instalado em 1889 e extinto em 1891, reaberto novamente em 1899, mas que desapareceu antes do início deste século.

No Paraná, as autoridades proclamam a importância do bom preparo dos professores, em relação ao novo regime, pois reconhecem que da escola do professorado, depende o melhoramento desejado no País. Assim aumenta a campanha pela melhor habili-

tação, agora em vigor em termos de preparação específica para uma profissão associando-se o curso da escola normal à condição de ingresso no magistério.

"A regeneração do professorado somente se conseguirá pela eliminação do professor de comissão ou contratado, para dar lugar ao normalista, só assim, deixará de converter-se o professorado primário, em sufrágio de todas as profissões" (WACHOWICZ, 1984).

Na escola normal, para o preenchimento das cadeiras vagas, o governador usava o sistema de apadrinhamento ou compadrice, porque não havia professores diplomados em número suficiente.

"Suprir pelo critério da moralidade do professor interno, moral e sincero devotamento à Pátria e à República" (WACHOWICZ, 1984). No Brasil, cresce a preocupação com a escola normal, pois esta modalidade de ensino não está alcançando seus objetivos. Observa-se que o ensino deste curso deveria ser mais "intuitivo e prático", para melhor preparar o futuro professor.

Desde a Constituição do Império, em 1824, até a Proclamação da República, pregava-se o princípio da gratuidade do ensino primário, mas nunca houve qualquer preocupação em estabelecer com que recurso essa gratuidade seria financiada. Coube às Províncias durante o Império e, posteriormente aos Estados, no Período Republicano, dar cumprimento a essa tarefa, mesmo que não se destinassem recursos suficientes para atender as necessidades educacionais de povo.

As indefinições quanto à Educação na 1.^a República gerou um certo estrangulamento na ascensão social via escola, porque, o ensino primário era gratuito a todos, o ensino médio era pago

(maioria das escolas), e freqüentado principalmente pelas classes mais favorecidas economicamente, estabelecendo-se assim, um processo de seletividade na Educação Brasileira.

Mas não foi só no setor educacional que a República deixou de promover as mudanças que seriam desejáveis. De fato, o movimento republicano não tinha interesse em romper com as estruturas sociais exploradoras, que sacrificavam a grande massa da população brasileira. No plano econômico, a riqueza continuou centrada nas mãos da oligarquia rural, preservando-se os traços gerais da estrutura agrário-exportadora herdada desde o período colonial. Ou seja: uma economia baseada na produção de matérias-primas e gêneros tropicais os quais eram destinados à exportação e sujeitos às diversas oscilações no mercado internacional.

Na primeira década do século XX, o foco principal das atenções de nossa elite intelectual foi desviado do assunto da Educação. Nesse período, os governos republicanos procuravam consolidar a hegemonia das oligarquias no comando da política nacional, assentada no coronelismo, no voto de cabresto e nas fraudes eleitorais em benefício das oligarquias dominantes.

No Paraná, em 1901, os educadores defendiam a separação entre os cursos normal e ginasial. Somente os homens eram professores do normal e da escola ginasial, assim como os inspetores e diretores de escolas, com exceção da professora de prendas domésticas, que recebia salário inferior. Em 1906, separa-se o ginásio da escola normal, e o diretor geral sugere que se nomeie um diretor para cada curso, escolhido entre os docentes da própria escola. Estabeleceu-se exames de admissão à escola normal, bem mais rigoroso do que o já existente. Aumen-

ta a pressão dos pais por professores mais preparados principalmente nas maiores cidades. Aumenta também o número de alunos na escola normal, entre os quais algumas filhas das melhores famílias da capital.

No Brasil , quando o mundo sofria o drama da primeira Guerra Mundial (1914-1918), assistimos a um momento de fervor e entusiasmo pela Educação de algum modo semelhante àquele que se tinha verificado no final do período Imperial. Desenvolve-se um movimento de republicanos desiludidos com a República existente. Esse movimento, de cunho cívico-patriótico, está associado ao nome do poeta Olavo Bilac e à formação da "Liga de Defesa Nacional" (1916). O movimento postulava em combate ao analfabetismo (atingia 85% da população) a valorização da língua portuguesa e a formação de quadros para nossas forças armadas.

Ressurgia com vigor a tese liberal que insistia em apontar a ignorância do povo como causa principal das crises nacionais. Aqui entra novamente o curso de Magistério. O curso que era de três anos de duração, passa a ser feito em quatro anos e poderia matricular-se os alunos que concluíssem o curso primário (eram as escolas normais regionais, extintas nos anos 60).

No Paraná, o governador Dr. Caetano Munhoz da Rocha, inaugurava a nova sede da Escola Normal Secundária, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1922, cujo diretor nomeado, era o Dr. Lysímaco Ferreira da Costa, que também era diretor geral da Instituição Pública do Paraná.

Na década de 20, são criadas escolas normais no interior do Estado com grandes expectativas sobre sua influência na melhoria da qualidade do ensino primário regional. Em 1925, o concurso público para professores primários na capital, exigia o diploma normalista, como requisito básico, o que já era Decreto de Lei, desde 1921.

4 2.^a REPÚBLICA - 1930 - 1945

Na passagem da Primeira para a Segunda República que se inicia com a Revolução de 30, chocam-se dois grupos sociais, com idéias filosóficas e pedagógicas diferentes: os católicos e os pragmatistas pioneiros da Escola-Nova.

Paralelamente às transformações na vida nacional surge um grupo de intelectuais brasileiros, preocupados com o problema da Educação, introduzem no país o ideário do movimento "Escola Nova", influenciados pelas idéias dos educadores norte-americanos John Dewey e seu discípulo Kilpatrick. Em face do notório fracasso do sistema educacional brasileiro e do descontentamento com o sistema tradicional existente no País, as idéias do movimento Escola-Nova encontrou um campo fértil de difusão, sobretudo nos setores progressistas da burguesia, dos intelectuais das classes urbanas e dos tecnocratas espalhadas pelo governo.

Nesse contexto histórico, desenvolveu-se um ciclo de reformas de ensino. Ainda em 1930, o governo Federal, cria o Ministério de Educação e Saúde Pública, com Francisco Campos. Com isso o governo esperava criar uma nova estrutura para a Educação, por considerar que estes dois fatores deveriam ser tratados conjuntamente dentro da mesma estrutura administrativa.

Com a reforma Francisco Campos, em 1931 procurou-se definir objetivos próprios para o ensino médio, rompendo com a prática de se considerá-lo como instrumento de preparação dos alunos para o ensino superior. Buscava-se dar um caráter educativo enciclopédico para o ensino médio, formando-se o homem para todos os grandes setores da atividade nacional.

Porém, tudo não passou de mais ilusão registrada em lei, destinada a não ter eficácia concreta.

A Reforma Francisco Campos não eliminou a velha concepção liberal aristocrática com relação à Educação voltada para as carreiras liberais, não houve preocupação com o ensino técnico-científico, o que houve foi a implantação de um ensino altamente seletivo.

No Paraná, a valorização da escola normal como detentora das possibilidades de melhoria técnica foi ultrapassada, e passou a ser vista como agência de profissionalização.

É um princípio liberal que encaminhava a profissionalização no sentido da produtividade.

A qualidade do ensino estava restrita apenas às cidades grandes como Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. O poder de decisão também estava centralizado. A instrução pública da área rural estava entregue à própria sorte. Era oferecida de acordo com as possibilidades da população, onde o magistério era improvisado. Como exemplo cabe citar as escolas normais de Guarapuva e Jacarézinho, onde os cursos eram feitos em apenas um ano (incluindo a prática pedagógica).

Em 1932, no Brasil, os educadores de índole liberal expuseram publicamente suas concepções através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O documento reivindicava uma ação mais

decisiva do Estado em prol da escola pública, gratuita, obrigatória e laica, que constitui uma das mais antigas reivindicações do liberalismo burguês.

Entre os pioneiros da Escola-Nova, identificamos três correntes de pensamento: os liberais eletistas, liderados por Fernando de Azevedo, os liberais igualitaristas, cujo líder era Anísio Teixeira e os socialistas representados por Paschoal Le-
me e Hermes Lima.

O movimento teve suas vitórias e suas derrotas, em função do desenvolvimento dos acontecimentos políticos e sociais, da época; apresentava algumas incoerências ao combinar concepções avançadas (percepção da Educação como um problema social), com soluções de cunho liberal-romântico, que procurava resolver os problemas gerais da Educação enfatizando a ação isolada do educador. O manifesto apresentou-se contra a escola tradicional e não contra a sociedade capitalista burguesa que era a grande responsável pelas distorções do nosso sistema educacional.

O ensino sofre mudanças e algumas melhorias, mais para atender os reclamos políticos do que para satisfazer necessidades sociais. Houve avanços na Educação, sobretudo na Constituição de 1934. Passa a União a exercer competência exclusiva em traçar as diretrizes da Educação Nacional e também fixar o Plano Nacional da Educação. Foram criados: o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais de Educação e determinou-se a aplicação de 20% da renda dos impostos para a Educação Estadual e 10% para a Educação Municipal.

No Paraná, em 1934, a escola normal secundária é reestruturada. O curso geral passou a funcionar em dois anos apenas, o qual foi transformado em curso ginasial.

Na Constituição de 1937, aquilo que era um dever do Estado, passa a ser uma ação meramente supletiva. Em um artigo dessa Constituição, falava-se no dever do Estado em oferecer a Educação somente às crianças e jovens cujos pais não possuíssem condições financeiras de mantê-los em aulas particulares. Começa assim a exploração do ensino particular.

Durante os anos de ditadura de Vargas, vários educadores de firme formação democrática, como Anísio Teixeira e Paschoal Leme, foram afastados da cena política e perseguidos pelos órgãos de segurança. Outros educadores como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho não foram atingidos, porque em vários momentos apoiaram as diretrizes do Estado Novo. Em face do patrulhamento do Estado, diversos setores da cultura nacional, dentre eles o campo pedagógico, sofreram um processo de estagnação.

O país foi invadido por um grande sentimento nacionalista e por uma onda de paternalismo estatal em relação ao trabalhador. O Estado Novo buscou a defesa da Economia Nacional. A política trabalhista de Vargas, atraiu os operários para o lado do governo. O movimento de reorganização institucional e normativa atingiu também o setor educacional.

Em 1942, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, começam as reformas em alguns ramos de ensino. Essas reformas ficaram conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino, abrangeram o ensino primário e o médio.

As Leis Orgânicas de 1942, estabeleciam que o ensino pré-vocacional e profissional eram destinadas às classes menos favorecidas. Em janeiro desse ano, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem - SENAI, para profissionalizar e colocar no mercado de trabalho das indústrias, que se instalavam no País,

peças de classe social de baixo poder aquisitivo. Essas Leis Orgânicas do Ensino, são conhecidas como Reforma Gustavo Capanema, o então Ministro da Educação do Estado Novo. Na gestão desse ministro, não se elaborou um instrumento básico para disciplinar a Educação, enquadrou-se os vários graus de ensino em leis orgânicas separadas.

5 3.^a REPÚBLICA: 1945 a 1964

O Brasil ingressa na Segunda Guerra Mundial em 1942, lutando contra o nazi-fascismo, vive sob um regime de ditadura. À medida em que as potências liberais derrotam as potências nazi-fascistas, um clima favorável às idéias liberais democráticas espalhava-se pelo mundo. Vargas aproveita o momento para instaurar medidas redemocratizantes: promoveu o renascimento na vida política-partidária (foram fundados: UDN-PSD-PTB-PCB etc); aproximou-se das massas populares. Em 1945, decreta uma lei que dificulta as atividades do capital estrangeiro no Brasil. Mas não conseguiu evitar que a burguesia oposicionista e as Forças Armadas articulassem o golpe que pôs fim ao Estado Novo.

Após a queda do Estado Novo e de Vargas, vieram as Leis Orgânicas do ensino primário, normal e agrícola em 1946.

A Lei Orgânica que regia o ensino normal foi criada pelo Decreto Lei nº 8530 de 02/01/46 e o currículo estabelecido incluía a seguinte seqüência:

1º ano: Português, Anatomia e Filosofia Humana, Física e Química, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Educação Física, Recreação e Jogos.

2º ano: Biologia e Psicologia aplicadas à Educação, Higiene e Educação Sanitária, Didática da Escola Primária,

Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Educação Física, Recreação e Jogos.

3º ano: Psicologia e Sociologia aplicadas à Educação, Higiene e cuidados com a infância, Didática e Prática da Escola Primária, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Educação Física, Recreação e Jogos.

Após o Decreto Lei nº 8530 de 02/01/46, no Paraná, a Escola de Professores se transforma em Instituto de Educação do Paraná e passa a ministrar os seguintes cursos: Jardim de Infância, Primário, Ginásial, Normal de Administração Escolar e outras de especialização.

O sistema educacional sofre pressões de ajustamento nos seus objetivos, nesta época, sem que os vetores econômicos e culturais, com raízes nacionais, sejam os elementos impulsionadores de seu curso.

A população urbana formada por trabalhadores da indústria, a classe média formada por comerciantes e funcionários públicos já valorizavam a Educação como elemento fundamental para o progresso econômico, mas não exerciam pressão sobre o sistema.

Em 1948, o presidente Dutra, através do ministro Clemente Mariani, apresentava o projeto de reforma educacional, conhecido como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encaminhado ao Congresso neste ano votado treze anos depois, em 1961.

Em 1948, houve uma preocupação em adotar no País uma legislação educacional mais democrática por influência dos ideais dos antigos pioneiros da Educação.

O Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, teve como presidente da comissão de sua elaboração o Professor Lorenço Filho, que se inspirava no movimento renovador da Educação brasileira, iniciada na década de 20 e também nas idéias de Fernando de Azevedo, que em 8 de setembro de 1927 já fazia um discurso intitulado "As Bases e Diretrizes da Educação".

O projeto foi arquivado em 1948, graças ao parecer contrário do Deputado Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação do Estado Novo.

Em 1951, já no segundo Governo de Vargas, a Câmara dos Deputados ressucita o projeto, mas este havia sido extraviado. Criam-se várias subcomissões que ficam apenas nos estudos do projeto (ROMANELLI, 1978). A Associação Brasileira de Educação, elabora outro projeto que foi anexado ao que restou do primeiro, este se arrastou pelo congresso até 1955, quando foi apresentado o substitutivo Carlos Lacerda, que defendia o aspecto mercantilista do ensino no Brasil (ensino privado).

O texto definitivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é sancionado somente em 20 de dezembro de 1961, com o número 4024. A Lei de Diretrizes e Bases previa que: "A Educação é direito de todos". Cabe aos pais escolherem que tipo de escola querem para os filhos.

6 4.^a REPÚBLICA - 1964 - 1985

Os anos subseqüentes a 1964, foram marcados por "acordos de cooperação" entre USAID e o Ministério da Educação, através de convênios o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos pela AID (Agency for Interna-

tional Development). Esses convênios lançaram as principais bases das reformas que se seguiram.

Os acordos MEC-USAID, agravaram a crise educacional brasileira. A Educação mais uma vez é vítima de um processo bastante conturbado. Assim como a economia e a cultura as técnicas e valores desenvolvidos no processo de ensino são determinados pela influência externa de acordo com os interesses de uma minoria da população. As deficiências educacionais ampliam-se em todos os níveis.

Os cinco presidentes militares que se sucederam (Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo), suprimiram qualquer tipo de liberdade, usaram a repressão policial, a tortura, o exílio e o extermínio dos inimigos do regime autoritário, para manter a sociedade coerente com os princípios da propriedade privada, da civilização cristã, do mundo livre.

Neste período há unidade política e um trabalho de desenvolvimento econômico a ponto de chegarmos a ter um "milagre econômico", cujos resultados são vistos até hoje: a dívida externa, inflação, déficit público, injustiça social e salarial, criminalidade, deterioração da qualidade de ensino, e valores morais destruídos, etc.

Há um empenho do Governo para a participação de todos no desenvolvimento econômico, e para isso, é preciso instrumentalizar as massas para força de trabalho.

A escolarização fundamental passa a ser valorizada como requisito básico, para uma posterior preparação para o trabalho.

O poder público se compromete em ministrar o ensino nos diferentes graus, mantendo paralelamente a liberdade de

ensino da iniciativa privada particular e a promessa de amparo técnico e financeiros dos Poderes Públicos e esta iniciativa, incluindo a concessão de bolsas de estudo, das quais no caso do ensino superior, deveriam ser reembolsados.

Em 1965, pelo Decreto Lei 55.551, de 12 de janeiro, o Governo estendeu a obrigatoriedade de contribuição para o salário-educação a todos os empregadores, públicos e privados, aumentando, com isso, essa fonte de recursos. Esse Decreto se tornou Lei em 1966.

A Constituição de 1967 obriga a participação das empresas na oferta de Educação. Devendo os empregadores manter o ensino primário gratuito para seus empregados e filhos destes, além de cooperar na aprendizagem de seus trabalhadores menores.

O ano de 1968, assinala o início das mudanças mais profundas na vida da sociedade e da economia, foi a época em que a expansão foi retomada de forma mais acelerada, constatou-se também, o crescimento da demanda social da Educação, o que provocou um agravamento da crise do sistema educacional, que já vinha de longe.

Em 1968, foi criada também o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, para estudar a reforma da Universidade brasileira, visando a sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país. De acordo com os estudos feitos por este CT, criou-se a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, reformulando-se assim o ensino universitário.

Em 1969, promulga-se nova Constituição, que repete as mesmas disposições sobre Educação da Constituição anterior. Nesta Constituição de 1969, escreve-se sobre a Educação como

direito de todos e "dever do Estado", torna-se clara a intenção de cobrar a formação média e superior (artigo 176), e a política de bolsas de estudo.

O Governo reajusta os índices de aplicação financeiras para o custeio das despesas educacionais, devendo a União aplicar na Educação, nunca menos que 13% da receita de impostos recolhidos e os Estados e Municípios, no mínimo 25%.

Com relação aos professores do ensino primário no Brasil, nesta época a maioria das vezes não tinham o curso de normalista, no dizer de Otaiza Romanelli, mais de 20% não tinham o curso primário completo, e que as crianças iam à escola por causa da alimentação oferecida, que a maioria reprovava na passagem da primeira para a segunda série.

A Lei 5692, de 1971, conservou dispositivos legais que fatalmente impediram o sucesso das novas medidas; como, a manutenção dos benefícios para o ensino, retirando do Estado a responsabilidade precípua da Educação. Modificava o ensino e à empresa privada o que interessava não era o ensino, mas o negócio do ensino.

Dentre as mudanças introduzidas pela Lei 5692/71, quanto à estrutura do ensino, está a ampliação da obrigatoriedade escolar do ensino de 1º grau, para faixa etária que vai dos 7 aos 14 anos. Essas modificações se fizeram com a junção do curso primário com o curso ginasial, num só curso fundamental de 8 anos. Eliminando-se com isso, os exames de admissão que representavam um ponto de estrangulamento na passagem do primário para o ginásio.

Ocorreram mudanças também no que diz respeito à eliminação do dualismo antes existente entre escola secundária e

escola técnica, com a criação de uma escola única de 1º e 2º graus.

O 1º grau com vistas à educação geral e fundamental e a sondagem de aptidões vocacionais. O 2º grau visando à habilitação profissional de grau médio.

Quanto ao Currículo do curso de Magistério a Lei 5692/71 é detalhada no Parecer 853/71 e na Resolução 8/71, do Conselho Federal de Educação, expressa que o currículo pleno se distribua em Educação Geral e Formação Especial.

A parte curricular de Educação Geral é comum às demais habilitações de 2º grau, à Formação Especial está de acordo com o Parecer nº 349/72 do Conselho Federal de Educação.

No Paraná, as Deliberações nº 85/74 e 42/77, do Conselho Estadual de Educação fixam normas para a elaboração do Currículo de Ensino de 2º grau, e determinam o mínimo de 2550 horas de duração para os cursos técnicos.

Essas Deliberações, consideram a necessidade de se definir uma linha comum a ser seguida, com vistas à melhoria da organização e funcionamento dos cursos de magistério e consequentemente o aprimoramento do ensino.

Em 1978, o Departamento de Ensino de 2º grau da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, promove um seminário de Estudos, envolvendo professores licenciados e vários educadores, com a finalidade de discutir o problema da diversidade existente quanto à nomenclatura, ordenação e seqüência das disciplinas à Habilitação Magistério nas escolas estaduais e propor soluções para o mesmo.

A Deliberação nº 22/79, apresenta os seus objetivos e sugere pontos básicos a serem considerados no desenvolvimento

das atividades considerando a profissionalização como finalidade fundamental das Escolas de 2º grau, reconhece a necessidade da Prática de Ensino como elemento de controle e avaliação na área profissionalizante.

A Prática de Ensino deve proporcionar aos alunos que se habilitam para o magistério:

1) Condições de reconhecer o que ensina, como ensina e como agir para que a criança aprenda.

2) Conhecimento da estrutura e funcionamento das leis que regem o ensino de 1º grau, tornando-os capacitados para o exercício docente e desempenho de cargos administrativos e pedagógicos dotando-os de consciência profissional, através da utilização dos métodos e técnicas da direção da aprendizagem, tornando-os capazes de alcançar os objetivos a que se propõem a atingir a sua meta que é a de preparar o educando para o exercício da cidadania e conseqüentemente para a vida.

De acordo com essa Deliberação o curso tem duração de 3 anos, com uma carga horária de 2890 horas, tanto para o diurno como para o noturno.

Quanto às matérias:

- a) **Núcleo Comum: Comunicação** (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna).
Estudos Sociais (Geografia e História e Organização Social e Política Brasileira);
Ciências (Matemática e Ciências Físicas e Biológicas).
- b) **Artigo 7º: (Lei 5692/71)** - (Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas e Saúde, Ensino Religioso);

- c) **Específicas da habilitação:** Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Didática;
- d) **Parte Diversificada:** Estudos complementares: Educação Geral e Formação Especial.

A Deliberação vigorou até 1986, quando o curso de Magistério no Paraná passa a seguir as normas estabelecidas no Parecer nº 001/86 aprovado em 20/11/86. Esse parecer vem regularizar a vida escolar dos alunos matriculados no ano de 1986, na Rede Estadual de Ensino, na Habilitação Magistério.

A Lei 7044/82, altera os dispositivos da Lei 5692/71, no que se refere à profissionalização do ensino de 2º grau. Esta profissionalização que era obrigatória, passa a ser facultativa. A proposta de qualificação para o trabalho, expressa no objetivo da Lei 5692/71, é colocada sob a preparação para o trabalho.

No artigo 22 desta Lei, está escrito que a duração mínima para o ensino de 2º grau é de 2200 horas de trabalho escolar efetivo, a ser desenvolvido em pelo menos três séries anuais.

Quanto à formação para o magistério, a referida Lei exige como formação mínima para o ensino de 1º grau nas quatro primeiras séries, habilitação específica de 2º grau (artigo 30).

Atualmente no Paraná a prática de ensino sob forma de Estágio supervisionado segue orientações da Instrução 06/86 do Departamento de Ensino de 2º grau da Secretaria de Estado da Educação, que visa normalizar estágios Curriculares para o Sistema Estadual de Ensino.

Os objetivos da referida Instrução são: regulamentar para o Sistema Estadual de Ensino, o Estágio Curricular dos cursos de 2º grau, nível técnico, a finalidade de atender à Lei nº 6494/77 e o Decreto nº 87497/82 as reivindicações das escolas para que se dê aos estágios curriculares força legal, constituindo-os em parte integrante do Regimento Escolar, assegurar linhas básicas de ação que norteiam os Estágios Curriculares nos três setores da economia: primário, secundário e terciário.

Para o curso de Magistério, no qual o Estágio Curricular é obrigatório, nunca poderá ser inferior a um semestre letivo, ou um mínimo de 360 horas.

7 A NOVA REPÚBLICA - 1985

O ano de 1985, estabeleceu um marco na vida brasileira. Após 21 anos da tomada do poder pelos militares, o País, depois de uma mobilização social, retornou ao poder civil. É a perspectiva de eleições diretas em todos os níveis políticos, com uma nova Constituição, a ser elaborada por uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita pelo povo em 1986.

O poder político é conquistado, a classe política mobiliza o povo através de manifestações de rua. À frente desse movimento está o líder político Tancredo Neves, considerado o único capaz de proceder a transição democrática, sem traumas.

Tancredo é eleito (eleição indireta), em 15 de janeiro de 1985, pelo Colégio Eleitoral, não toma posse, foi hospitalizado na véspera (14 de março), vem a falecer em 21 de abril deste mesmo ano.

Assumiu o poder o Vice-Presidente da República, Senador José Sarney, que não possuía a legitimidade aclamatória das massas e era visto com certa reserva pelos partidos de oposição.

O resumo acima, fez-se necessário devido o contexto educacional não caminhar desvinculado do político, social e econômico do País.

O sistema educacional do momento, estava extremamente carente, tanto a nível de quantidade como de qualidade. Padecendo de incertezas e indefinições por parte dos governantes, que não se interessam pelo avanço da sociedade como um todo, mantendo para si os privilégios adquiridos, dando continuidade a uma sociedade desigual e um elevado grau de ignorância da população.

Observa-se na história da educação brasileira que, sempre quando as crises aparecem, a atuação educativa - essencialmente a educação das massas - passa a ter prioridade e, os grupos comprometidos na luta política lançam-se ao campo educacional com a esperança de fortalecer, através dele, suas respectivas posições e, nesse momento não foi diferente, os discursos se voltaram para a educação democrática.

Mas na prática nada considerável aconteceu. O ensino continuou de baixa qualidade em todos os níveis, assim como a evasão e repetência, principalmente nas séries iniciais do 1º Grau.

Educadores de todo o País, preocupados com a situação do ensino, procuram soluções para melhorar a qualidade da formação dos professores que atuam de 1.^a a 4.^a série do 1º Grau.

Esta preocupação leva as universidades, principalmente as federais a colaborarem com as secretarias estaduais e muni-

cipais no sentido de melhorar a atuação dos professores da rede pública de ensino, através de treinamentos, seminários, palestras e discussões, onde se objetivasse o comprometimento desses profissionais com a criança que freqüenta a escola pública.

O Brasil da década de oitenta assume um compromisso de formação de uma consciência crítica, que foi bastante debatido na Constituinte de 1988, o que resultou na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional.

No dizer de Jorge HAGE, o compromisso de alguns parlamentares com a Educação:

Logo após a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, os deputados mais comprometidos com a Educação começaram a se mobilizar e promover encontros preliminares com grupo de educadores, para troca de idéias em torno da futura L.D.B. Em dezembro daquele ano, o Dep. Octávio Elísio apresentou um primeiro Projeto. Em março de 1989 o Dep. Ubiratan Aguiar, então Presidente da Comissão, propôs a organização de um Grupo de Trabalho que teve o Dep. Florestan Fernandes como Coordenador e o signatário desta Apresentação como Relator (p. 83).

O documento enfatiza e prioriza a formação dos profissionais da educação, sobretudo o professor. Procura-se garantir na L.D.B. os planos de carreira do magistério. Segundo Jorge HAGE "não há como, entretanto, cuidar de diretrizes e bases da educação nacional sem estabelecer as diretrizes da carreira e da formação do professor" (p. 90).

No Capítulo X - Do Ensino Médio

Art. 53, inciso 3º prescreve sobre

a modalidade normal se destina à preparação de professores para a Educação In-

fantil e as quatro primeiras séries do Ensino básico, os conteúdos pedagógicos necessários a prática docente e ao domínio teórico-prático do processo educativo, os estudos humanísticos e as tecnologias educacionais (p. 34).

A nível de Estado do Paraná, houve modificações no Curso de Magistério através da Deliberação nº 002/92, aprovado em 21/02/90 e, sobre o qual falaremos no Capítulo II, deste trabalho.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR DE 1.^a A 4.^a SÉRIE DO ENSINO DE 1.^o GRAU

A qualidade do ensino no curso de Magistério no Brasil nunca foi considerada ótima, mas se agravou ainda mais, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases de nº 4024/61.

Até o início da década de 60, somente os professores formados em escola normal oficial, pública e gratuita, tinham acesso ao Magistério da Rede Estadual. Com a implantação da referida Lei, beneficia-se a escola privada. Isto acontece quando se aprova que, os professores graduados ou que vieram a se graduar em estabelecimentos oficiais ou particulares reconhecidos, teriam direito ao ingresso no magistério primário oficial ou particular.

Com a aprovação desta Lei, descaracterizam-se as escolas normais oficiais, enquanto formadoras de um professor bem preparado e a rede pública de ensino começa a receber professores formados em qualquer escola, que só precisam de um "bom padrinho" para serem nomeados.

Também, é a partir da década de 60 que o Magistério nas séries iniciais do 1.^o Grau, passa a ser visto como uma profissão feminina, exercida pelo setor da classe média assalariada. A crise no Magistério nessa época é fruto do seu ajuste às transformações da sociedade brasileira em todos os sentidos: social,

político e econômico, configurando-se o país como urbano-industrial. Desde então, a categoria vem sofrendo um processo de proletarização característico da classe média.

Durante muito tempo, a maioria das mulheres ingressavam no Magistério, porque a profissão dava status, além de ser uma profissão indicada para mulheres que percebiam como normal o tratamento homogeneizado e pseudo-afetivo de "tia" que recebiam, substituindo até mesmo a identificação do seu nome próprio, que é posse e marca de cada um. Não se dando conta que com esse tratamento familiarizado estava se descaracterizando o valor da profissão.

Os insignificantes salários da profissão, fez com que a maioria dos homens abandonassem o magistério das séries iniciais do 1º Grau, e os que ficaram, o fizeram para dirigir os estabelecimentos de ensino.

Grande parte das mulheres ingressava na profissão com a expectativa de abandoná-la em favor da maternidade ou de eventual deslocamento do marido.

Hoje o quadro está mudando, devido o momento histórico do país, pois as mulheres começam a encarar o trabalho fora de casa como obrigação para ambos os sexos. Esta visão de mulher trabalhadora e a sua inserção no sistema de produção pode auxiliar na caminhada para uma definição de melhores condições profissionais e salariais do professorado.

A sociedade brasileira mudou e, assim também a escola deve mudar. A realidade é totalmente diferente de 30 anos atrás, portanto não podemos pensar em qualidade de ensino, conteúdos das disciplinas a partir de uma escola já superada.

Conforme fala Ildeu Moreira COELHO,

... a formação dos professores não atende de modo algum aos interesses e necessidades da classe trabalhadora pois eles são treinados para repetir fórmulas prontas e modelos acabados, cujas decisões foram tomadas a nível de Ministério de Educação (MEC) Conselho Federal de Educação (CFE) (1989).

É necessário que em sua formação, esse profissional adquira uma postura político-pedagógica que lhe dê condições de enfrentar as questões presentes no momento histórico brasileiro, principalmente aqueles que dizem respeito ao sistema educacional.

A participação nas decisões mais amplas sobre planejamento, currículo e avaliação, requer preparo e senso crítico do professor. Ou então, as decisões implantadas a nível de sistema correm o risco de serem aceitas ou rejeitadas sem crítica, continuando a tarefa docente como sempre esteve, isto é, obedecendo o sistema.

Segundo Dea Fenelon,

... as medidas tomadas após a criação da lei 5692/71, tinham uma intenção deliberada de desqualificar e desvalorizar o professor do ensino de 1º e 2º graus. Encurtando sua formação destituindo-a de qualquer sentido crítico, sobretudo pela total negação da pesquisa como atividade necessária à sua formação (1986).

Até por volta dos anos 70, a preparação do professor do ensino primário se dava em um período de tempo bastante reduzido, algumas vezes representada apenas a freqüência ao nível imediatamente superior ao primário (era a já extinta Escola Normal Regional), sem nenhuma exigência de preparação específica.

Após a reforma de ensino de 1º e 2º Grau, Lei 5692/71, a obrigatoriedade escolar do ensino de 1º grau se estende para oito anos, englobando ensino primário e o antigo ginásio. O curso normal colegial, passa a ser o Curso de Magistério de nível médio, exigindo uma nova estrutura curricular. Mas continua não favorecendo o desenvolvimento da profissão.

Ainda na Lei 5692/71, se propõe a formação dos professores em diversos tipos de estabelecimento, resguardando assim o interesse das instituições privadas já existentes ou cuja criação fosse facilitada pela legislação constituída ou pelo Conselho Federal de Educação.

Acontece aqui mais um golpe no ensino público, pela ampliação das instituições privadas, na maioria de má qualidade, que se transformam nas grandes formadoras de professores.

Com a criação da Lei 5692/71, o Magistério é transformado em um dos muitos cursos profissionalizantes, nenhum espaço é percebido como específico e próprio do curso de Magistério.

Entre os cursos profissionalizantes de 2º grau, o de Magistério é o menos discutido a nível federal, não houve pronunciamento do C.F.E. ou de outro órgão do MEC. O curso é deixado ao encargo de autoridades estaduais, com a explicação de que o ensino das séries iniciais de 1º grau, estaria ao encargo dos Estados e Municípios.

Na base de toda a legislação, sempre houve muito tecnicismo e burocratismo. Com uma teoria ideológica funcionalista/positivista, tendo como conceitos políticos centrais as idéias do "milagre econômico" brasileiro. Houve maior preocupação com o setor produtivo, deixando ao descaso a formação de professores a nível de 2º grau.

As Leis e os Atos do Conselho Federal de Educação, dos Conselhos Estaduais de Educação, neste período, criam uma escola ilusória, na qual não tem lugar professores e alunos reais.

As inovações curriculares se inspiram no **tecnicismo** de um lado e no **escolanovismo** de outro, sem no entanto criar condições de aprofundamento nessas correntes teóricas.

A formação se centrava na psicologia e na biologia o que veio a contribuir para que a culpa do fracasso escolar fosse atribuída a problemas de deficiência mental, desajuste emocional ou carência cultural do aluno, reforçando a imagem do aluno pobre, como "anormal", eximindo o professor de qualquer culpa pelo fracasso ou evasão escolar.

Houve verdadeiro descaso com relação às características e necessidades da criança de classe popular. As disciplinas ofertadas no Curso de Magistério eram de conteúdos abstratos ou importados de outras realidades. Os estágios eram realizados sem controle e supervisão adequados.

A partir de 1975, aumenta a quantidade de professores formados a nível de 2º grau nas escolas que atendem as quatro primeiras séries do 1º grau. A partir desta época percebe-se que é necessário a definição de políticas educacionais capazes de melhorar a qualificação destes profissionais, políticas que apontem as condições estruturais que devem ser levadas em conta em qualquer proposta que se pretenda colocar em prática, como a questão salarial por exemplo.

Atualmente, a situação profissional e salarial do professorado em todo o país, é humilhante, mas em pior situação o professor das quatro primeiras séries do 1º grau. Nenhum compromisso sério com a democratização da escola, poderá ser con-

ciliado sem que a situação profissional e salarial do professor seja enfrentada.

Qualquer política educacional que não tenha como prioridade a remuneração do professor, está destinada ao fracasso.

Salário digno, estabilidade na carreira, garantia de emprego, são condições básicas para posterior cobrança do compromisso e competência do professor para com a Educação.

Por outro lado, não se construirá uma Educação nova, adequada à clientela escolar que frequenta a escola pública, apenas melhorando o salário do professor. Portanto, é preciso que o professor participe das reformulações a serem adotadas, tanto a nível de sistema como a nível de organização interna do estabelecimento onde trabalha. É necessário que lute paralelamente em defesa dos seus interesses e dos interesses e necessidades de seus alunos. Para isso, faz-se necessário que o professor receba uma formação com qualidade, adquirindo uma ampla consciência da realidade, adquirindo uma consistente formação teórica que o torne capaz de interpretar, interferir e direcionar esta realidade.

Tenho observado que o professor ao chegar à escola, especialmente nas primeiras séries do 1º grau, não tem uma visão teórica abrangente sobre a prática pedagógica, também desconhece a realidade da clientela escolar, principalmente dos alunos que frequentam a escola pública na periferia da cidade.

Durante o curso de Magistério, ouve-se discursos e adquire-se técnicas ao invés de teoria e prática dinamicamente articuladas. Portanto, há necessidade de profunda revisão no Curso de Magistério, na sua estrutura, no seu funcionamento e na sua articulação com a escola de 1º grau.

A forma de ensinar nas séries iniciais, ainda na década de 80, está marcada pela repetitividade, tanto das atividades quanto das técnicas utilizadas, propostas na Lei 5692/71.

O professor, usa freqüentemente a cópia, o livro didático e exercícios mimeografados, listagens de conteúdos gramaticais. O atendimento dado à turma é generalizado. As atividades propostas são padronizadas. Nada favorece a socialização e o cooperativismo. A competição e o individualismo são bastante estimulados, num clima mecânico e rotineiro. A formação de hábitos e atitudes predomina em detrimento da própria aprendizagem, os valores priorizados estão permeados pelo modelo do bom aluno.

No início da década de 80, os profissionais da Educação se reorganizam e começam a pensar e indicar mudanças educacionais necessárias ao país.

O movimento cresce e se organiza, graças ao fortalecimento das associações já existentes como Sindicato de Professores, Centro de Professores do Brasil, além da criação de outras Associações: Associação Nacional de Educação - ANDE, Centro de Estudos, Educação e Sociedade - CEDES, Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Educação - ANPED, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES.

Em 1982, como já citamos no capítulo anterior, a Lei 7044, reposiciona as exigências do ensino profissionalizante. A formação do professor a nível de 2º grau readquire foros de prioridade. E assim em todo o Brasil ecoam feitos e interações de revitalização do Curso de Magistério.

São desenvolvidas pesquisas que ajudam a identificar e organizar as principais linhas de força das discussões sobre o

curso. Entre outras sobressai-se as pesquisas desenvolvidas sobre o Magistério a nível de 2º grau, feitas pela Fundação Carlos Chagas, sob a coordenação de Bernadete Gatti, em seguida de Miriam Warde.

X No Paraná (Curitiba, novembro de 83) houve um seminário de Especialista, sobre a Problemática do Magistério, cujo objetivo era organizar indicadores referentes ao tema Magistério para as séries iniciais do 1º grau.

A partir de 1985, são propostas a nível de Estado do Paraná, reformas para o curso de Magistério, visando a recuperação da relação teoria e prática educativa.

Segundo a professora Maria Cecília Busnardo, o projeto: "Magistério Novas Dimensões" da SEED do Paraná representa 80% de melhoria na formação e qualificação do professor. Projeto este, já implantado em todo o Estado em caráter experimental. Mas segundo Busnardo, como sempre existem várias dificuldades, principalmente porque os professores que estão operacionalizando a nova proposta não foram preparados adequadamente para colocá-la em prática, além das questões financeiras enfrentadas pelo Departamento de 2º Grau da SEED do Paraná.

Este projeto visa a valorização da qualidade da formação do futuro professor e conseqüentemente do aluno de 1ª a 4ª série do primeiro grau, priorizando o produto final da aprendizagem que é o aluno da escola pública do Paraná.

Como resultados de estudos feitos, a Superintendência da Educação e o Departamento de Ensino de 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação, resolvem aprovar a Deliberação 002/90 de 21/02/90 as novas Diretrizes Curriculares, para a Habilitação Magistério no Sistema Estadual de Ensino.

De acordo com a Deliberação 002/90 do Conselho Estadual de Educação, a partir de 1991 (Artigo 7º) a Habilitação Magistério terá duração de 4 anos, com carga horária de 4.104 horas-aulas para o período diurno de 3.572 horas-aula para o período noturno (divididos conforme mostra a grade curricular anexa).

Reza no Art. 10 que: Os currículos da habilitação magistério serão compostos de três partes: assim divididas:

a) **Núcleo Comum** - com 1.836 a 1.520 horas-aulas nos turnos diurno e noturno respectivamente.

Compreendendo as disciplinas, Língua Portuguesa e Literatura, Língua Estrangeira Moderna, História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil, Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Artística e Educação Física.

b) **Parte diversificada** com 1.764 e 1.586 horas-aula, nos turnos diurno e noturno, onde abrangerá as disciplinas profissionalizantes de Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino e Didática.

c) **Estágio supervisionado** com um total de no mínimo 504 e 456 horas, nos turnos diurno e noturno, respectivamente.

ARTIGO 13 - II - A inclusão da disciplina de Introdução à Metodologia Científica nos Estudos Complementares é obrigatória para todo o Sistema Estadual de Ensino.

No Artigo 1º dessa Deliberação diz o seguinte: "As disciplinas do Núcleo Comum e da Parte Diversificada, bem como o Estágio supervisionado serão desenvolvidos ao longo das quatro séries, concomitantemente".

No anexo I desta Deliberação, fala-se sobre o encaminhamento metodológico do estágio supervisionado.

Por entender ser a disciplina fundamental para os procedimentos e atividades do Estágio, Fundamentos de Educação de Adultos, Literatura Infantil e Fundamentos da Educação Especial.

O estágio, poderá ser desenvolvido através de:

1 - Pesquisa: feita através de identificação de uma escola, estudo de caso, pesquisa comparativa e outras.

2 - Atividades ligadas à recuperação e outras atividades relacionadas ao processo de aprendizagem: com vistas a colocar os alunos e professores do Curso de Magistério em contato com falhas de aprendizagem escolar nas séries iniciais do 1º grau. Essa metodologia envolve: diagnóstico da situação/problema, análise das variáveis sociais e psicológicas e intervenção direta, através de projetos de recuperação em pequenos grupos.

3 - Seminários, Debates, Reuniões, Cursos de pequena duração, como recursos metodológicos que visem atender às demandas do grupo e necessidades da instituição.

4 - Oficina de material didático, com a finalidade de preparar material didático para as diversas situações educacionais.

5 - Ação docente: Experiências vividas nas classes de pré-escola a 4ª. série do 1º grau, envolvendo observação crítica, a participação e atuação em classes e a reflexão sobre esta prática observada e vivenciada.

As experiências vivenciadas pelos alunos do Magistério do Estágio supervisionado, deverão retornar ao Curso para

reflexão teórica nas disciplinas do Currículo do Curso.

Observa-se que da maneira como está colocado no Documento, o Estágio passa a ser uma disciplina integradora entre as outras disciplinas do Curso, sendo feito de modo a articular não só as disciplinas da Parte Diversificada como também do Núcleo Comum.

Outros fatores que contribuem para a má qualidade do ensino nas séries iniciais do 1º Grau: a organização do trabalho escolar, a divisão social do trabalho, a burocratização das relações e a alienação dos professores quanto ao caráter pedagógico de sua ação. Além disso, os especialistas que atuam nas unidades escolares (orientador e supervisor), trabalham cada um dentro da sua especificidade, contribuindo assim para fragmentar o processo educativo, sem que sua formação a nível de 3º grau favoreça uma compreensão crítica e dialética do saber de qualidade do qual os alunos das classes populares devem se apropriar.

A divisão do trabalho escolar, é fruto do tecnicismo, do planejamento racional e da burocratização da administração dos alunos de autoritarismo político pelo qual o Brasil passou.

Nas reuniões e conselhos de classe na maioria das escolas, estão ausentes as discussões pedagógicas, imperando as questões administrativas e de ordem de organização interna da instituição escolar.

A escola, enquanto instituição social, deve cumprir a função que lhe é própria, isto é, oferecer um ensino de boa qualidade e socializar o saber. É necessário que seja acessível às camadas sociais dominadas que são a maioria da popu-

lação. Para isso é de fundamental importância qualificar o professor formado em nível de 2º grau, dando-lhe condições de transformar o saber historicamente acumulado em conteúdos escolares a ser ministrado aos alunos pobres que freqüentam a escola pública.

Este professor, deve estar preparado para superar a contradição existente entre as classes sociais. Sua prática pedagógica, deve estar voltada para as necessidades da massa popular. Seu compromisso e seu esforço deve ser para auxiliar os menos favorecidos a pensar criticamente sua realidade e sair da condição de dominados e se colocarem em pé de igualdade com a classe dominante, assim sendo, faz-se necessário que ele saiba reconhecer que a prática pedagógica isolada não conduz à transformação da sociedade.

Atualmente, a formação do professor e a qualidade do ensino nas séries iniciais do 1º Grau, é uma preocupação constante não só de educadores de todo o País, mas de todos os segmentos da sociedade civil organizada, que procuram participar da Educação, com o intuito de defender o direito de serem ouvidos sobre este problema que diz respeito à Educação de seus filhos, e já não esperam passivamente que o Estado resolva sozinho. A exemplo disso pode-se citar as constantes reuniões das Associações de Moradores da Zona Sul de Curitiba, nos bairros do Pinheirinho, Xaxim e Alto Boqueirão, onde são discutidas com professores, diretores das escolas públicas a quantidade de escolas e a qualidade do ensino oferecido à população da região.

CONCLUSÃO

Diante do exposto sobre a Educação brasileira, desde o século passado me ocorre a seguinte questão:

- Qual o procedimento ideal para tornar o ensino-aprendizagem mais democrático e de melhor qualidade?

Uma das condições essenciais para modificar a atual situação deverá ser a conscientização dos profissionais da Educação frente a sua prática e seu firme propósito de transformá-la.

Caberá ao professor a tarefa principal neste processo, pois, a sala de aula é o espaço principal onde se processa o ensino. É o professor quem dirige o trabalho, sabe qual é o conteúdo e o método de ensino necessário ao aluno para dominar o saber. É na sala de aula que o professor dispondo de recursos de fácil alcance, pode minimizar o problema da aprendizagem.

Após ler e analisar criticamente livros e documentos de vários educadores ficou claro que os problemas educacionais brasileiros não podem ser resolvidos fora do contexto sócio-econômico e político, mas constatou-se que a escola pode ser um agente transformadora da realidade social. Que o professor da escola pública embora trabalhe sob condições humilhantes, tanto por questões salariais, quanto pela situação precária das escolas é um agente transformador da sociedade, basta que saiba

se organizar em colegiado na escola, em entidade de classe, para lutar e exigir o que lhe cabe por direito mostrando assim que é um verdadeiro professor.

A preocupação com a má qualidade da formação e qualificação do professor para as séries iniciais do 1º Grau, é resultado de pesquisas, debates, seminários, envolvendo educadores de todas as regiões brasileiras e, principalmente do Paraná.

Os cursos de Magistério, tanto na rede pública como na particular, tem deixado a desejar, no que se refere à sua tarefa específica que é a formação de qualidade do professor. É o que se observa nos resultados dos concursos para o Magistério, ou o que acontece em Curitiba atualmente com a implantação da proposta Currículo Básico, onde se exige do professor uma formação de cunho mais científico da alfabetização, o que ainda não existe nos cursos de magistério, ou ainda com relação aos resultados dos vestibulares, principalmente da Universidade Federal do Paraná, sobram vagas no Curso de Pedagogia, onde se supõe que os candidatos sejam oriundos dos cursos de Magistério, além do alto nível e índice de evasão e repetência nas séries iniciais do 1º grau.

Observa-se que não há adequação entre os conteúdos ministrados nos cursos de Habilitação ao Magistério e as reais necessidades de formação do professor (como alfabetização, metodologia para as diferentes áreas de ensino, Educação do meio rural, características sócio-culturais dos alunos) não são tratados no Curso.

No que se refere à Parte Diversificada do Currículo, as disciplinas não visam uma melhor formação do professor: as

escolas tendem a pulverizar e dispensar essa parte do currículo, piorando ainda mais a qualidade da formação pedagógica, tanto no Núcleo Comum como nos Mínimos Profissionalizantes.

Não há integração entre as disciplinas: não existem planos de trabalho que sejam concebidos operacionalizados de forma articulada entre os professores de Habilitação ao Magistério, dificultando assim uma compreensão global dos problemas que ocorrem na Escola de 1º Grau, e a transferência dos conteúdos aprendidos nas diferentes disciplinas.

Quanto aos estágios, o número de escolas acessíveis aos alunos estagiários é insuficiente, os conteúdos ministrados na Habilitação Magistério, não se articulam com os programas desenvolvidos nas séries iniciais do 1º Grau. Assim, os estágios se transformam na maioria das vezes em meros momentos de observação. Em geral, os estágios são realizados sem controle e supervisão adequados, principalmente por não haver escolas de 1.ª a 4.ª séries anexas à Escola de Magistério. Ou então, alunos que moram em bairros distantes realizam estágios em escolas próximas de sua casa.

Outra questão diz respeito aos alunos egressos dos cursos supletivos. O curso de Magistério não dá conta de suprir a precariedade de ensino destes alunos.

A questão salarial do professor da Habilitação Magistério é outro fator que contribui para a precariedade do ensino; o professor se obriga a lecionar em várias escolas e ministrar aulas nas disciplinas as quais não teve preparo suficiente.

Os cursos universitários que formam professores para atuar na Habilitação Magistério, não conseguem preparar suficientemente o aluno (futuro professor da Habilitação Magistério).

Com a aprovação da Deliberação nº 002/90, no Paraná, as dificuldades dos atuais professores e alunos do Curso de Magistério são retomadas, e cria-se uma nova estrutura para o curso de Magistério.

As finalidades do Curso, prevista no documento, visam um profissional competente, com uma consciente formação de forma a assegurar ao futuro professor condições de selecionar conteúdos e metodologias, de acordo com os avanços científicos tecnológicos e sociais condizentes com a realidade atual do país.

No entanto, a transformação do curso de Magistério no Brasil por mais rápida e competente que seja sempre estará voltada para a qualificação dos futuros professores mesmo reconhecendo a urgência dessa transformação, é preciso perceber ao mesmo tempo, seus limites, identificando as armadilhas comuns a determinadas argumentações mecanicistas que atribuem à formação passada a responsabilidade e a culpa pela situação atual e, entregam aos professores formados no presente a responsabilidade pelas soluções futuras.

Os profissionais da Educação da rede pública de ensino conscientes da necessidade de encontrar soluções para a qualificação dos professores que já estão atuando, organizam treinamentos, assessoramentos ou encontros para trocas de experiências entre professores.

Mesmo quando a formação dos professores a nível de 2º grau, tiver sido universalizada e possuir a qualidade necessária para instrumentalizar efetivamente os professores, ainda assim, a formação em serviço nas escolas continuará sendo um espaço fundamental para a reflexão coletiva e aprimoramento constante da prática pedagógica.

Para se efetivar a aprendizagem, cabe ao professor:

- a) elaborar estratégias pedagógicas que articulem a sua teoria à prática de ensino;
- b) criar recursos e procedimentos para diversificar as atividades em sala de aula;
- c) ser pesquisador e criativo;
- d) dar oportunidade de expressão e criatividade por parte dos alunos;
- e) intervir no processo, direcionando-o, para que aconteça a aprendizagem.

Concluindo:

A formação do professor é de vital importância para que ele possa direcionar sua prática educativa.

Por outro lado, sabemos que a educação é um fato político e requer a participação da sociedade como um todo, ou seja: universidades, professores, educadores e entidades representativas de toda a sociedade.

Portanto, a formação do professor deverá muní-lo de condições para adaptar conteúdos, metodologias de ensino de acordo com a realidade da clientela escolar, além de desenvolver neste profissional senso crítico para poder participar nas decisões mais amplas da escola como currículo, planejamento e avaliação, que venham de encontro com as necessidades do povo de entrar na escola e apropriar-se de conhecimentos e saberes que lhe são úteis para a melhoria de sua vida material, cultural e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PARANÁ. Relatório do presidente Frederico José Cardoso de Araújo, à Assembléia Legislativa, em 15/02/1875. Curitiba, Tipografia Lopes, 1875, p. 34. In: WACHOWICZ, L. Ana. Relação professor/Estado no Paraná tradicional. Curitiba, Cortez, 1984, p. 276.
2. WACHOWICZ, L. Ana. Relação professor/Estado do Paraná tradicional. Curitiba, Cortez, 1984, p. 276.
3. WACHOWICZ, L. Ana. Relação professor/Estado no Paraná tradicional. Curitiba, Cortez, 1984, p. 278.
4. ROMANELLI, O. História da educação brasileira no Brasil, 1930/1973. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 179-181.
5. COELHO, J.M. In: Anais da Conferência Brasileira de Educação, 4: 103-104, 1986.
6. FENELON, Dea. In: Anais da Conferência Brasileira de Educação, 4: 105, 1986.
7. KRAMER, Sônia. Melhoria da qualidade de ensino: o desafio da formação de professores em serviço. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2(165): 191, maio/ago., 1989.
8. KRAMER, Sônia. Melhoria da qualidade de ensino: o desafio da formação de professores em serviço. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2(165): 192, maio/ago. 1989.

BIBLIOGRAFIA

1. BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Professora e aluno na escola básica: encontros e desencontros. ANDE, São Paulo, 2(1): 42-45, 1981.
2. BETTEGA, Maria Odette de Pauli. O caráter público da escola: pauta para uma reflexão conceitual em distintos contextos. O caso francês e o caso brasileiro. Curitiba, 1988. 248 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.
3. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pensar a prática. São Paulo, Loyola, 1984. p. 5-6.
4. BUFFA, Esther. Ideologias em conflito: escola pública e escola privada. 2.ed. São Paulo, Cortez e Moraes, 1983. 130 p.
5. _____. Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases e a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 75(150): 301-313, maio/agosto, 1984.
6. CARVALHO, A.M.P. Prática de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo, Pioneira, 1985. 106 p.
7. COELHO, Ildeu Moreira. Reflexão sobre a formação do educador. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 4., Brasília, 1986. Brasília, Cortez, 1986. p. 103-104.
8. CUNHA, Luis Antônio. Escola particular x escola pública. ANDE, São Paulo, 1(2): 30-34, 1981.
9. CURY, Carlos R. Jamil. Ideologia e educação brasileira. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. 201 p.
10. GADOTTI, Moacir. Elementos para a crítica da questão da especificidade da Educação. Em Aberto, Brasília, 3(22): 21-30, jul./ago., 1984.

11. GARCIA, Walter Esteves. Inovação educacional no Brasil. 2.ed. São Paulo, Cortez e Moraes, 1980. 264 p.
12. KRAMER, Sônia. Melhoria da qualidade de ensino: o desafio da formação de professores em serviço. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 2 (165): 191-192, maio/ago. 1989.
13. _____. Conformismo e resistência na escola pública. A professora e sua prática pedagógica. ANDE, São Paulo, 3: 48, 1982.
14. LIBÂNEO, José Carlos ; PIMENTA, Selma G. Revisão curricular da Habilitação Magistério. Projeto de Convênio MEC/SESG/PUC/SP, 1987.
15. MELLO, Guiomar N. de. Educação escolar: paixão, pensamento e prática. São Paulo, Cortez, 1986. 191 p.
16. _____. Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político. 6.ed. São Paulo, Cortez, 1986. 151 p.
17. _____. Ensino de 1º Grau: as estratégias da transição democrática. Em Aberto, Brasília, 4(25): 17-27, jun./mar., 1985.
18. _____. Magistério. ANDE, São Paulo, 7:41-45, 1985.
19. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Parecer nº 001/86. Departamento de Ensino de 2º Grau, regularização de vida escolar dos alunos matriculados, no ano de 1986, na rede estadual, na Habilitação Magistério.
20. PEREIRA, Aparecida Tavarnaro. A prática de ensino na formação do professor. Curitiba, 1987. 157 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.
21. PIMENTA, Selma Garrido. Redefinindo a habilitação magistério no 2º Grau. ANDE, São Paulo, 9(15): 37-50, 1990.
22. _____. O pedagogo na escola pública. São Paulo, Loyola, 1988. 199 p.
23. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). 6.ed. Petrópolis, Vozes, 1978. 267 p.

24. ROSEMBERG, Fúlvia. 2º grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 68: 39-54, 1989.
25. SANTOS, Luis Cassemiro dos. A dívida educacional brasileira - herança e resgate. Brasília, 1988. Texto mimeografado.
26. SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 5.ed. São Paulo, Cortez, 1981.
27. _____. Escola e democracia. São Paulo, Cortez, 1984. 103 p.
28. _____. O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira. ANDE, São Paulo, 4(7): 9-13, 1984.
29. SEMINÁRIO SOBRE O MAGISTÉRIO PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO DE 1º GRAU. Anais. Curitiba, Fundação Educacional do Paraná, 1983.
30. SILVA, Gerusa G. de Barros e. Fatores que colaboram para diminuir a qualidade de ensino nas séries iniciais do 1º grau. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1., São Paulo, 1980. Anais. São Paulo, Cortez, 1981. p. 134-136.
31. SILVA, Jefferson Ildefonso da. Ação conjunta na formulação de propostas na formação do educador. Cadernos do CEDES, 2: 6-8, 1980.
32. _____. A natureza e a especificidade da educação; subsídios para a reflexão sobre a formação do educador. Em Aberto, Brasília, 3(22): 7-23, jul./ago., 1984.
33. VAINE, Maria Cecília Busnarde. Os valores na formação do professor. Curitiba, 1987. 140 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.
34. _____. A formação da professora: Habilitação Magistério Palestra proferida no curso de Extensão Universitária: A formação da mulher. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, dezembro de 1990.
35. WACHOWICZ, Lilian A. A formação do educador. Educação e Sociedade, São Paulo, 3(9): 169-173, maio 1981.
36. _____. Relação professor - Estado no Paraná tradicional. São Paulo, Cortez, 1984. 385 p.

A N E X O S

Nome do Estabelecimento:
 Cidade: NRE:
 Currículo Pleno da Habilitação: Magistério
 Ano de Implantação: Duração: 4 anos Horas: 3.573 Turno: NOTURNO
 (Implantação Gradativa) módulo: 38

	M A T É R I A S	Série				Total
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	Hora/aula
NÚCLEO COMUM	PORTUGUÊS	Língua Portuguesa e Literatura				304
	LÍNGUA ESTR. MODERNA	(Opção do Estabelecimento)				76
	ESTUDOS SOCIAIS	Geografia				114
		História				114
		O.S.P.B.				38
	MATEMÁTICA	Matemática				304
	CIÊNCIAS	Ciências Físicas e Biológicas				304
	SUB-TOTAL	11	11	05	06	1.254
	ARTIGO 7º	Educação Moral e Cívica *				-
		Educação Física				228
		Educação Artística				38
		Programas de Saúde**				-
		Ensino Religioso				-
	SUB-TOTAL	2	2	-	-	266
	PARTE DIVERSIFICADA	MÍNIMO FIXADO PARA HABILITAÇÃO	Fundamentos da Educação			
Estrut. e Func. do Ensino de 1º Grau				76		
Didática				874		
SUB-TOTAL		06	07	14	12	1.482
ESTUDOS COMPLEMENTARES		Introdução à Metodol. Científica***				38
SUB-TOTAL	1	-	-	2	114	
TOTAL	20	20	22	20	3.116	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	2	2	3	5	456	
TOTAL GERAL DO CURSO	22	22	25	25	3.572	

- (*) Conteúdos incorporados à disciplina História.
 (***) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional.
 (***) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino.

Nome do Estabelecimento:
 Cidade: NRE:
 Currículo Pleno da Habilitação: Magistério Módulo: 36 (Implantação Gradativa)
 Ano de Implantação: Duração: 4 anos Horas: 4.104 Turno: DIURNO

	DISCIPLINAS	Série				TOTAL	
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a		
NUCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Literatura	3	2	2	2	324	
	Língua Estrangeira Moderna (Opção do Estabelecimento)	-	-	-	2	72	
	Geografia	2	2	-	-	144	
	História	2	2	-	-	144	
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	2	-	72	
	Matemática	3	2	2	2	324	
	Física	-	-	2	2	144	
	Química	3	2	-	-	180	
	Biologia	3	2	-	-	180	
	Educação Moral e Cívica*	-	-	-	-	-	
	Educação Artística	-	1	-	-	36	
	Educação Física	2	2	2	-	216	
	Programas de Saúde**	-	-	-	-	-	
	Ensino Religioso	-	-	-	-	-	
Sub-total		18	15	10	08	1836	
PARTE DIVERSIFICADA	MÍNIMO FIXADO PARA HABILITAÇÃO	Filosofia da Educação	-	-	2	2	144
		Sociologia da Educação	2	2	-	-	144
		História da Educação	2	2	-	-	144
		Psicologia da Educação	2	2	-	-	144
		Biologia Educacional	-	-	2	-	72
		Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1. ^o Grau	-	-	2	-	72
		Didática	-	2	2	-	144
		Metodologia do Ens. de Português-Alfabetização	-	2	-	-	72
		Metodologia do Ensino de Português	-	-	2	2	144
		Metodologia do Ensino de Matemática	-	-	2	2	144
		Metodologia do Ensino de História	-	-	-	2	72
		Metodologia do Ensino de Geografia	-	-	-	2	72
		Metodologia do Ensino de Ciências	-	-	-	2	72
		Metodologia do Ensino de Educação Física	-	-	1	1	72
Metodologia do Ensino de Arte	-	-	2	-	72		
Sub-total		06	10	15	13	1584	
ESTUDOS COMPLEM.	Introdução à Metodologia Científica***	1	-	-	-	36	
	Fundamentos da Educação Pré-Escolar	-	-	-	2	72	
	Opção do Estabelecimento	-	-	-	2	72	
	Sub-total		01	-	-	04	180
Total		25	25	25	25	3600	
Estágio Supervisionado		2	2	4	6	504	
Total Geral do Curso		27	27	29	31	4104	

- (*) Conteúdos incorporados à disciplina História.
 (**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional
 (***) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino

me do Estabelecimento:
 dade: NRE:
 currículo da Habilitação Plena: Magistério:
 o de Implantação: Duração: 4 anos.. Horas 4.104.. DIURNO...
 Implantação Gradativa) módulo: 36

M A T É R I A S		Serie				Total Hora/aula
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	
PORTUGUÊS	Língua Portuguesa e Literatura	3	2	2	2	324
LÍNGUA ESTR.MODERNA	Opção do Estabelecimento	-	-	-	2	72
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	2	2	-	-	144
	História	2	2	-	-	144
	O.S.P.B.	-	-	2	-	72
MATEMÁTICA	Matemática	3	2	2	2	324
CIÊNCIAS	Ciências Físicas e Biológicas	6	4	2	2	504
SUB-TOTAL		16	12	08	08	1.584
	Educação Moral e Cívica *	-	-	-	-	-
ARTIGO 7º	Educação Física	2	2	2	-	216
	Educação Artística	-	1	-	-	36
	Programas de Saúde **	-	-	-	-	-
	Ensino Religioso	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		2	3	2	-	252
MÍNIMO FIXADO PARA HABILITAÇÃO	Fundamentos de Educação	6	6	4	2	648
	Estrut. e Func.do Ensino de 1º Grau	-	-	2	-	72
	Didática	-	4	9	11	864
SUB-TOTAL		06	10	15	13	1.584
ESTUDOS COMPLEMENTARES	Introd.ã Metodol. Científica ***	1	-	-	-	36
	Fundam. da Educação Pré-escolar	-	-	-	2	72
	Opção do Estabelecimento	-	-	-	2	72
SUB-TOTAL		01	-	-	04	180
TOTAL		25	25	25	25	3.600
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		2	2	4	6	504
TOTAL GERAL DO CURSO		27	27	29	31	4.104

Conteúdos incorporados à disciplina História

Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional

*) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino

Nome do Estabelecimento:
Município: NRE:
Currículo Pleno da Habilitação: Magistério Módulo: 38 (Implantação Gradativa)
Ano de Implantação: Duração: 4 anos Horas: 3.572 Turno: NOTURNO :

	DISCIPLINAS	Série				Total
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	
NÚCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Literatura	2	2	2	2	304
	Língua Estrangeira Moderna (Opção do Estabelecimento)	-	-	-	2	76
	Geografia	3	-	-	-	114
	História	-	3	-	-	114
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	1	-	38
	Matemática	2	2	2	2	304
	Física	-	3	-	-	114
	Química	2	-	-	-	76
	Biologia	2	1	-	-	114
	Educação Moral e Cívica *	-	-	-	-	-
	Educação Artística	-	-	1	-	38
	Educação Física	2	2	2	-	228
	Programas de Saúde**	-	-	-	-	-
	Ensino Religioso	-	-	-	-	-
Sub-total		13	13	08	06	1520
PARTE DIVERSIFICADA MÍNIMO FIXADO PARA HABILITAÇÃO	Filosofia da Educação	-	-	3	-	114
	Sociologia da Educação	3	-	-	-	114
	História da Educação	-	3	-	-	114
	Psicologia da Educação	3	-	-	-	114
	Biologia Educacional	-	2	-	-	76
	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	-	-	2	-	76
	Didática	-	2	2	-	152
	Metodologia do Ens. de Português - Alfabetização	-	-	2	-	76
	Metodologia do Ensino de Português	-	-	2	2	152
	Metodologia do Ensino de Matemática	-	-	2	2	152
	Metodologia do Ensino de História	-	-	-	2	76
	Metodologia do Ensino de Geografia	-	-	-	2	76
	Metodologia do Ensino de Ciências	-	-	-	2	76
	Metodologia do Ensino de Educação Física	-	-	-	2	76
Metodologia do Ensino de Arte	-	-	1	-	38	
Sub-total		06	07	14	12	1482
EST. COMP.	Introdução à Metodologia Científica***	1	-	-	-	38
	Opção do Estabelecimento	-	-	-	2	76
	sub-total	01	-	-	02	114
	TOTAL	20	20	22	20	3116
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	2	2	3	5	456
	TOTAL GERAL DO CURSO	22	22	25	25	3572

(*) Conteúdos incorporados à disciplina História.

(**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional.

(***) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino.

Nome do Estabelecimento:
 Cidade: NRE:
 Currículo da Habilitação Plena: Magistério
 Ano de Implantação: Duração: 4 anos Horas: 4.104 Turno: DIURNO
 (Implantação Gradativa) módulo: 36

M A T É R I A S		Série				Total Hora/aula
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	
PORTUGUÊS	Língua Portuguesa e Literatura	3	2	2	2	324
LÍNGUA ESTR. MODERNA	Opção do Estabelecimento	-	-	-	2	72
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	2	2	-	-	144
	História	2	2	-	-	144
	O.S.P.B.	-	-	2	-	72
MATEMÁTICA	Matemática	3	2	2	2	324
CIÊNCIAS	Ciências Físicas e Biológicas	6	4	2	2	504
SUB-TOTAL		16	12	08	08	1.584
ARTIGO 7º	Educação Moral e Cívica *	-	-	-	-	-
	Educação Física	2	2	2	-	216
	Educação Artística	-	1	-	-	36
	Programa de Saúde **	-	-	-	-	-
	Ensino Religioso	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		2	3	2	-	252
MÍNIMO FIXADO PARA HABILITAÇÃO	Fundamentos de Educação	6	6	4	2	648
	Estrut. e Func.do Ensino de 1º Grau	-	-	2	-	72
	Didática	-	4	9	11	864
SUB-TOTAL		06	10	15	13	1.584
ESTUDOS COMPLEMENTARES	Introd. à Metodol.Científica ***	1	-	-	-	36
	Fundam. da Educação Pré-Escolar	-	-	-	2	72
	Opção do Estabelecimento	-	-	-	2	72
SUB-TOTAL		01	-	-	04	180
TOTAL		25	25	25	25	3.600
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		2	2	4	6	504
TOTAL GERAL DO CURSO		27	27	27	29	4.104

- (*) Conteúdos incorporados à disciplina História
 (**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional
 (***) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino.